

VIOLÊNCIA

Tudo conversado, nada resolvido

Governador volta ao Rio sem iniciativas concretas para conter a crise na segurança. Promessa é de medidas para a próxima semana

» HENRIQUE LESSA
» HENRIQUE FREGONASSE*

Joédson Alves/Agência Brasil



As últimas investigações, tanto da Polícia Federal, quanto da Civil, mostram criminosos de pelo menos 12 estados diferentes no Rio. Somente este ano, tivemos crise em São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia — todas com grande grau de semelhança

Governador Cláudio Castro, do Rio de Janeiro

Depois de passar o dia em Brasília e se encontrar com ministros e os presidentes da Câmara e do Senado, o governador Cláudio Castro (PL) retorna ao Rio de Janeiro com poucas definições para o enfrentamento da crise na segurança pública no estado. Do governo federal, espera o reforço dos militares na fiscalização de portos e aeroportos e uma presença maior da Polícia Rodoviária federal (PRF) nas estradas que cortam o Rio. Do Congresso, espera que se adotem medidas que endureçam as penas para criminosos — como a revisão no direito à progressão de regime de quem está encarcerado.

Enquanto Castro encontrava o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no Palácio do Planalto os ministros Rui Costa (Casa Civil), Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) e José Mucio Monteiro (Defesa) se reuniam para discutir a forma de auxílio ao governo fluminense. Dino não vê necessidade de intervenção federal no estado, mas o Palácio do Planalto demonstra cautela para não assumir um problema que, por ora, é do Palácio Guanabara.

“Essa reunião é, especificamente, sobre o Rio. Está na pauta a ampliação da presença federal. Temos as nossas competências constitucionais e não cabe a nós substituímos a autoridade do estado”, afirmou Dino.

Uma das possibilidades é a ampliação dos efetivos da Marinha nos portos cariocas e na Baía de Guanabara. Já a Aeronáutica atuaria nos aeroportos, cobindo o tráfico de drogas e armas.

Isso não inclui a decretação de uma intervenção ou uma nova operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no estado

— aumento da presença militar conta com o endosso de Múcio. Também está em estudo a ampliação dos efetivos da PRF nas estradas e limites do estado para coibir o tráfico e o roubo de carga.

Como em Gaza

Na 1ª Reunião do Conselho da Federação, no Palácio do

Planalto, Lula comparou a situação no Rio com as imagens vistas na Faixa de Gaza, por conta da guerra entre Israel e os terroristas do Hamas. Para ele, a crise na segurança no estado é um problema nacional.

“Aqueles cenas que apareciam na televisão até pareciam a própria Faixa de Gaza de tanto fogo e tanta fumaça. Dizer: ‘É um problema do Rio de Janeiro, é um

problema do prefeito Eduardo Paes, um problema do governador’ — não é. É um problema do Brasil, um problema nosso, que temos que encontrar uma solução”, afirmou o presidente.

Presente ao evento, o prefeito da capital fluminense, Eduardo Paes (PSD), concorda com a parceria entre estado e governo federal. “A gente tem que entender que a situação no

Rio é muito grave. Não é um fato isolado. Quem vive a realidade da cidade, vive uma situação de territórios dominados. Acho muito importante essa parceria com o governo federal. Esperamos uma ação firme, contundente e permanente. Mas não se pode politizar a atuação das forças de segurança pública. Precisamos de muita ação da Polícia Federal (PF) ajudando a Polícia do Rio a cumprir a sua obrigação”, observou.

No Senado, Castro reforçava as avaliações de Lula e Paes. “As últimas investigações, tanto da Polícia Federal, quanto da Civil, mostram criminosos de pelo menos 12 estados diferentes no Rio. Somente este ano, tivemos

crise em São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia — todas com grande grau de semelhança. Recentemente, tivemos um criminoso roubando armas de guerra de dentro de um paiol do Exército, em São Paulo”, lembrou.

Castro também esteve com o ministro-chefe da Secretaria das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e com José Múcio. Ambos prometeram para a próxima semana um plano com a ampliação do engajamento das forças federais no Rio. O governador também se reuniu com o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

A crise na segurança da capital fluminense se acentuou na segunda-feira. Trinta e cinco ônibus foram incendiados na Zona Oeste da cidade em represália à morte do miliciano Matheus da Silva Rezende, o Faustão, morto depois de um confronto com policiais em uma favela em Santa Cruz. A quadrilha teria dado ordens para queimar os coletivos e prometeu pagar R\$ 500 pelo crime.

O governo fluminense também estuda recorrer das decisões dos desembargadores do Tribunal de Justiça que autorizaram a volta de dois chefes do tráfico. Luiz Cláudio Machado, o Marreta, está em Bangu 1, e Rogério Avelino da Silva, o Rogério 157, tem chegada prevista nos próximos dias. Ambos foram levados para presídios federais e a cúpula da segurança do estado pretende que contínuem presos neles.

Com o clima de conflagração na cidade, eles aumentam o risco de piorar o clima de insegurança já vivido por conta das ofensivas das milícias. Mesmo porque, há indícios de que Marreta e Rogério 157 pretendem retomar territórios perdidos para os milicianos.

Política promove e protege a milícia

» VITÓRIA TORRES*

As milícias que tomaram conta de vastas áreas do Rio de Janeiro não somente nasceram apadrinhadas pelas conexões políticas, mas cresceram exatamente porque nos poderes Executivo e Legislativo fluminense há quem as proteja. A afirmação é do presidente da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), Marcelo Freixo, que quando era deputado estadual presidiu a CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj).

“A milícia não nasceu no cárcere. A origem está nas relações políticas, com setores da polícia dominando. O começo é no poder: domínios, territórios de interesse e eleição política. Não tem como falar da milícia sem falar da política. É um evento, uma consequência do tipo de política

que se desenvolveu e se tornou hegemônico, infelizmente, no Rio de Janeiro”, lamentou, na entrevista que concedeu, ontem, ao programa *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília.

Segundo Freixo, a omissão dos consecutivos ocupantes do Palácio Guanabara permitiu que essas quadrilhas de policiais avançassem e se tornassem um poder de difícil contenção. “Na CPI das Milícias, conseguimos chegar à prisão de mais de 240 chefes. Todos foram presos. O relatório apresentou uma série de propostas, para tirar deles o domínio econômico e o domínio territorial. Esta parte não foi feita, pois interessava politicamente a alguns que não fosse feita. Então, há responsabilidade de um setor da classe política. Assistimos no Brasil a criminalização da

política, mas, no Rio de Janeiro, foi o contrário — foi a politização do crime”, acusou.

Freixo teve um irmão assassinado pela milícia — “sei o que é uma família ser destrocada pela violência e por esse, especificamente, crime organizado”, frisou. Mas o presidente da Embratur reconhece que o abandono de várias áreas da capital e do estado do Rio de Janeiro são fatores facilitadores para a presença de quadrilhas. Elas surgem a pretexto de fazer aquilo que o poder público não faz, cobram por isso e depois tornam essas populações reféns, inclusive, nas eleições.

“O tráfico é tão organizado quanto, mas a milícia tem um elemento singular que deve ser debatido e compreendido por quem não mora no Rio de Janeiro. Foi muito grave o que aconteceu (na segunda-feira). Tem que pegar quem incendiou ônibus e

quem mandou incendiar, mas tem que pegar, também, uma estrutura de poder do crime, que envolve uma economia local e um projeto de poder eleitoral”, adverte.

Como presidente da Embratur, Freixo alerta que o episódio de segunda-feira — quando 35 ônibus foram queimados na Zona Norte carioca por causa da morte do número 2 de uma milícia que domina a região — é péssimo para a imagem do Rio de Janeiro e para o turismo na cidade e no estado. “É ruim para o turista, é ruim para a imagem do Brasil. Mas é pior ainda para quem mora ali e não consegue voltar para casa. Além de ser vítima, cotidianamente, de um crime que se estabeleceu desde o início dos anos 2000”, observou.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Freixo presidiu uma CPI e teve um irmão morto pelos milicianos

JUDICIÁRIO

Advogada brasiliense entre os novos ministros do STJ

» LUANA PATRIOLINO

Os juristas Daniela Teixeira, José Afrânio Vilela e Teodoro Santos são os novos ministros do Superior Tribunal de Justiça. Escolhidos em junho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tiveram os nomes aprovados, ontem, pelo Plenário do Senado. A advogada obteve 68 votos favoráveis, enquanto os desembargadores conseguiram 68 (Afrânio) e 63 (Teodoro).

Mas, antes de os nomes serem levados ao Plenário, tiveram de discorrer diante dos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça sobre temas sensíveis — como, por exemplo, aborto e limites à atuação do Judiciário, assuntos que colocaram

o Congresso em rota de colisão com o Supremo Tribunal Federal (STF). Teodoro, do Tribunal de Justiça do Ceará (TJ-CE), e Afrânio, ex-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG), defenderam a atuação da Justiça como fator que garante a segurança jurídica e a estabilidade econômica. Eles ocuparão as cadeiras dos ministros Jorge Musi (aposentado em dezembro de 2022) e Paulo de Tarso Sanseverino (que morreu em abril).

Escolhida por meio da lista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Daniela destacou a importância da representatividade da classe e das mulheres em espaços de poder. Ela foi indicada para a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Félix Fischer,

Roque de Sá/Agência Senado



Sabatina na CCJ dos novos ministros do STJ. Nomes indicados por Lula foram aprovados com tranquilidade

em 2022. Será a sétima mulher a integrar o STJ.

A votação na CCJ foi aberta logo depois da apresentação dos indicados e durou, ao todo, cinco horas. Teodoro e Afrânio foram aprovados por unanimidade (27

votos). O nome de Daniela passou por 26 x 1.

Ela é a única mulher a compor a lista sêxtupla da OAB para a vaga — a última vez que isso aconteceu foi em 2006. Ela, também, é a primeira brasiliense a

integrar a lista. Na sabatina, defendeu maior participação feminina no Judiciário — uma de suas bandeiras na advocacia — e a necessidade de aprimorar mecanismos para combater feminicídios. No discurso de apresentação,

a jurista reiterou que sua candidatura não representará um olhar individual. afirmou que respeitará a separação de Poderes e que buscará o aumento da participação feminina no Judiciário.

“Devo levar o olhar do meu gênero para o tribunal, que tem, atualmente, apenas cinco ministras em 33 cadeiras. A mudança que ajudei a realizar na OAB, nos últimos 15 anos, hoje uma instituição absolutamente paritária com metade de homens e mulheres na gestão, deve ocorrer também no Judiciário. Assim pensam as mulheres brasileiras que represento hoje”, destacou.

Também ontem, depois de passar pela sabatina na CCJ, o Plenário rejeitou a indicação de Igor Roberto Albuquerque Roque para exercer o cargo de defensor público-geral da União. Segundo colocado de uma lista triplíce, foi indicado por Lula, mas recebeu apenas 35 votos — 38 foram contrários.